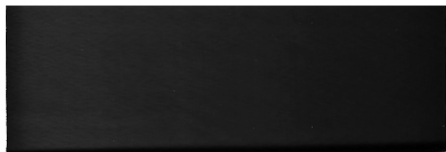


caderno de DEBATES

IDEÓLOGOS DO PATRIMÔNIO CULTURAL



As opiniões emitidas são de inteira responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente o pensamento do IBPC.

Permitida a reprodução, desde que citada a fonte e para fins não comerciais.

Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural
SBN Edifício Central Brasília Bloco "F"
Quadra 2 6º andar
70.040 BRASÍLIA DF
Tels.: (061) 226 6090 223 7181 321 4282

IBPC - Caderno de Debates, nº 1

Ideólogos do Patrimônio Cultural

Ficha Catalográfica

Ideólogos do patrimônio cultural/[Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural, Departamento de Promoção, Coordenadorias de Pesquisa e Editoração].- Rio de Janeiro, I.B.P.C., Departamento de Promoção, 1991.

126 p. 25 ; 19 cm.- (Caderno de Debates; 1)

Coletânea de palestras proferidas no seminário "Intelectuais do Patrimônio Cultural", realizado de 15 a 17 de maio de 1991, no Rio de Janeiro.

Secretaria da Cultura/PR

Sérgio Paulo Rouanet

Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural

Jayme Zettel

Departamento de Promoção

Lauro Cavalcanti

Coordenadoria de Editoração

Maria Luisa P. de Carvalho

Edição de Texto

Coordenadoria de Pesquisa

Cícero de Almeida

Jurema Arnaut

Márcia Chuva

Apoio

Maria de Fátima Pinheiro

Zulmira Pope

Projeto Gráfico

Maria Ritá Horta

Editoração Eletrônica

Outras Palavras Consultoria Lingüística

Apoio Administrativo

6a. Coordenação Regional

Caderno de DEBATES, nº 1

IDEÓLOGOS DO PATRIMÔNIO CULTURAL

SECRETARIA DA CULTURA/PR
INSTITUTO BRASILEIRO DO PATRIMÔNIO CULTURAL
RIO DE JANEIRO, 1991

ÍNDICE

IDENTIDADE NACIONAL E PATRIMÔNIO: A ANTEVISÃO DE MÁRIO DE ANDRADE E O PAPEL DO ESTADO

- 1 **Patrimônios da memória nacional** Helena Bomeny (Cpdoc/ Fundação Getúlio Vargas)
- 15 **A influência do pensamento modernista no Serviço do Patrimônio Artístico Nacional (SPHAN)** Maria Tarcila Guedes (IBPC)
- 25 **Mário de Andrade - produção criadora e atuação institucional** Marina Mello e Souza (IBAC)

NACIONALISMO E PRESERVAÇÃO HISTÓRICA: LÚCIO COSTA, RODRIGO MELO FRANCO E ALOÍSIO MAGALHÃES

- 35 **Sobre Lucio Costa** Pedro Alcântara (IBPC)
- 63 " **O jogo da autenticidade: nação e patrimônio cultural do Brasil** José Reginaldo Gonçalves (UFRJ)
- 77 " **Aloisio Magalhães: projeto intelectual e projeto institucional** Maria Cecilia Londres (IBPC)

A SINGULARIDADE DOS MUSEUS: UMA IDÉIA DE PATRIMÔNIO CULTURAL

- 91 **Os museus enquanto sistema: por uma revisão da contribuição de Gustavo Barroso** Regina Abreu (IBPC)
- 99 **A ótica museológica de Mário de Andrade** Mário Chagas (IBPC)
- 115 **O pensamento de Rodrigo na criação dos museus do PHAN** Lygia Martins da Costa (IBPC)

Introdução

"Ideólogos do Patrimônio Cultural" inaugura a Série *Caderno de Debates* que o Departamento de Promoção programou implementar a partir de 1992.

Este primeiro número da série organiza as palestras proferidas durante o seminário "Intelectuais do Patrimônio Cultural", realizado em maio de 1991, com o apoio do Museu Histórico Nacional, congregando estudiosos das diversas vertentes do pensamento que contribuíram para a formação de ideologias a respeito da preservação da memória nacional.

Tal iniciativa, bem como a presente edição, almejam difundir e incorporar ao trabalho do IBPC reflexões a partir desse ideário e da prática institucional, em suas relações com a sociedade brasileira, ao longo dos últimos 54 anos.

Neste primeiro número, apresentamos aos leitores as palestras relativas ao pensamento e à obra de Mário de Andrade, Rodrigo de Melo Franco de Andrade, Lúcio Costa, Aloísio Magalhães e à proposta museológica de Gustavo Barroso.

Encontros como o de maio passado, reunindo profissionais da casa ou de fora dela, aprofundando esse tema e enfocando outras questões ligadas ao patrimônio cultural deverão, cada vez mais, manter viva a reflexão, fundamental à exigência crescente de especialização do trabalho institucional.

REGINA ABREU *

Os museus enquanto sistema: por uma revisão da contribuição de Gustavo Barroso

Segundo Antonio Gramsci "todos os homens são intelectuais, mas nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectuais" (Gramsci, 1968, p.7).

Em que consiste esta *função* dos intelectuais? Em que ela se distingue da capacidade intelectual inerente a todos os seres humanos?

Um dos pontos de distinção reside no fato de que alguns intelectuais, por circunstâncias diversas, forjam categorias ou sistemas de pensamento. Numa sociedade complexa, algumas destas categorias ou sistemas de pensamento adquirem por vezes uma eficácia duradoura, orientando a ação dos indivíduos e dos grupos sociais.

Este processo não se dá de forma ~~dinâmica~~ ou maniqueista, mas pelo contrário, envolve tensões, disputas, conflitos, numa arena onde estão em jogo diferentes forças sociais.

Nas sociedades modernas formaram-se historicamente grupos de indivíduos especializados para o exercício da função intelectual. Estes grupos desenvolveram-se em conexão com todos os grupos sociais, especialmente os grupos sociais mais importantes, sofrendo elaborações mais amplas e complexas em ligações com o grupo social dominante. (*Id.*, p.8-9).

No processo de construção das nacionalidades, estes intelectuais desempenham um papel decisivo na organização moral e intelectual das sociedades, Gramsci designou-os como "intelectuais orgânicos".

Uma longa trajetória marcou o surgimento das nações modernas tais como hoje se apresentam, isto é, com uma unidade territorial, geográfica, linguística, jurídica, histórica. Na história do Ocidente até a Idade Média não havia países como França, Inglaterra, Brasil... Havia Impérios. A religião funcionava como espírito organizador da vida em sociedade. Neste mundo hierarquizado, todos os domínios encontravam-se estreitamente ligados ao domínio religioso. A unidade simbólica era garantida pela fé. Com a Reforma, o poder religioso fragmentou-se levando ao fortalecimento do poder temporal dos reis. Concomitantemente, os Impérios dividiram-se em Estados Nacionais. A idéia de realeza enquanto representante de Deus foi questionada no momento em que a

fé deixou de ser o princípio organizador da sociedade. Em lugar da providência divina aparece a história. Em lugar do direito divino enquanto justificativa para o poder, concebe-se um contrato entre os indivíduos para legitimar a vida em sociedade.

A nação surge assim no século XVIII como um artefato cultural ou ainda como uma "comunidade imaginária".

O processo de construção das nações no Ocidente envolveu várias etapas. Hobsbawm, em seu livro *A Era dos Impérios*, refletiu sobre o papel do Estado neste processo.

O Estado não só fazia a nação mas precisava fazer a nação. Os governos, agora, iam diretamente alcançar o cidadão no território de sua vida cotidiana

(...)

A nação era a nova religião cívica dos Estados. (Hobsbawm, 1988, p.212).

Era preciso demarcar o território, unificar o código linguístico, construir cidades, portos, ferrovias, criar um aparato juridico-político, fazer escolas, enfim, forjar a nação enquanto elemento de agregação ligando todos os cidadãos ao Estado. A lealdade ao Estado nacional deveria sobrepor-se a outras lealdades - à religião, à etnia, à classe.

O processo de construção da nação obedecia assim a um duplo movimento: material e simbólico. A França é um caso exemplar. Nos anos que se seguiram à Revolução Francesa, o Estado nacional criou condições para a sedimentação de símbolos capazes de garantir a coesão social em substituição à antiga tradição monárquica e aristocrática. Assim, foram criados hinos, datas comemorativas, cerimônias, heróis, museus.

No Brasil, observou-se um estreito relacionamento entre os intelectuais e o Estado nacional. A tarefa de formular uma identidade para a nação foi levada com rigor por diversas gerações de intelectuais atravessando os dois últimos séculos.

Mas é no início deste século que o debate em torno da questão nacional adquire uma expressão intensa. A formulação de projetos para a nação é tema de uma produção intelectual vigorosa especialmente nos anos 20. Mário de Andrade, Villa Lobos, Oswald de Andrade, Cassiano Ricardo, Monteiro Lobato, Gilberto Freyre são alguns destes intelectuais empenhados em definir a singularidade nacional.

Este empenho termina por gerar dois movimentos. Se, de um lado, trata-se de conhecer e identificar os traços da nacionalidade, de outro lado, surge a necessidade de preservar os suportes materiais capazes de evocar a idéia de nação. É neste contexto, que despontam os "intelectuais do Patrimônio", intelectuais especialmente voltados para a sistematização de projetos visando a preservação de bens móveis ou imóveis representativos da singularidade nacional.

Gustavo Barroso pode ser apontado como um dos exemplos mais bem acabados de "intelectual orgânico" vinculado ao processo de edificação nacional.

Escritor da Academia Brasileira de Letras, procurou delimitar as contribuições das culturas regionais na formação de uma cultura nacional. Em seu livro *Terra do Sol*, por exemplo, escrito em 1911, descreveu alguns traços culturais encontrados no Nordeste visando destacar o que ele designava por "tipo exato do brasileiro do Norte".

Jornalista, fez intensa pregação na imprensa visando criar uma mentalidade preservacionista. Chamava a atenção para a desenfreada perda de referências estéticas, históricas, culturais que se verificava no Brasil naqueles primeiros anos do século XX.

Em 1922, convidado pelo Presidente Epitácio Pessoa assume a direção do recém-criado Museu Histórico Nacional (MHN). Permanece na instituição até 1959, ano de sua morte, com um breve intervalo de 1930 a 1932, defendendo um ideário decisivo para a formação e a consolidação de uma política para museus. Em 1932, funda o Curso de Museus no próprio MHN, que ali funcionou até 1979, sendo então transferido para a Federação das Faculdades Isoladas do Rio de Janeiro (FEFIERJ) e, posteriormente, para a UNI-RIO. O Curso de Museus transforma-se no polo de formação e difusão de profissionais

de museus por todo país. Gustavo Barroso consolida-se como referência obrigatória para a museologia brasileira.

No aspecto da cultura material, elabora um projeto para a aquisição de acervo, tornando-se o principal responsável pelo ingresso das grandes coleções do MHN, assim como pela construção de uma simbologia nacional através do recolhimento de objetos emblemáticos.

Em 1934, cria a Delegacia de Monumentos Nacionais que funciona no MHN até 1937, sendo sucedida pela SPHAN-Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

A uma sociedade dominada pelo culto às novidades, pelo apego à mudança, Barroso emerge como o arauto da conservação, difundindo a idéia de preservar objetos fadados ao desaparecimento.

Para Gustavo Barroso, o ato de conservar ou a idéia de preservar vinculava-se a uma função eminentemente prática: fazer amar a pátria. O museu deveria contribuir para forjar nos indivíduos um sentimento nacional. Através de seus ensinamentos, o brasileiro aprenderia a amar e respeitar a sua pátria.

Este pressuposto orienta a seleção dos objetos a serem preservados e a formulação de uma extensa e sofisticada teoria sobre museus.

O objetivo central do "museu de Barroso" consistia em *resgatar uma tradição nacional e forjar um sentimento cívico*. Com base nestes ideais, eram enumerados um a um, os objetos julgados representativos da História Nacional: "O trono em que o Imperador se sentava no Senado", "o capacete da Imperial Guarda de Honra de D. Pedro I", "feixes de bandeiras tomadas aos paraguaios", "canhões do Forte do Príncipe da Beira", "o velho carrinho em que Osório fazia suas campanhas" etc...

Dizia Gustavo Barroso: "um verdadeiro museu histórico deve reunir para ensinar o povo a amar o passado, os objetos de toda a sorte que ele representa".

Privilegiava-se uma concepção *ética e pedagógica* da História, e não a busca de uma verdade sobre passado. Desse modo, os objetos escolhidos para a formação do acervo deveriam ser capazes de *por si só* transmitir e afirmar valores. Objetos que *ensinassem* o povo a *amar o passado*.

Mas, qual a representação de passado veiculada pelo "Museu de Barroso"?

Em primeiro lugar, atribuía-se um valor básico à relação de continuidade do Brasil enquanto nação com o Estado português. Segundo esta concepção, o nascimento da nação brasileira datava da chegada da Coroa Portuguesa em 1808. A partir da elevação à categoria de "Reino Unido de Portugal e Algarves" eram assinalados marcos significativos. A independência política, em 1822, longe de constituir um rompimento com a colonização portuguesa era anunciada enquanto marco de iniciação, de ingresso do país na "vida adulta". Como sucessores da independência política emergiam o Império e a República.

Sob a ótica de Barroso, o Estado Imperial teria forjado a nação brasileira, unificando os brasileiros e demarcando as principais fronteiras. A tradição brasileira, que deveria ser preservada e cultuada, havia sido estabelecida pelo Império. Esta representação de passado explica porque o Museu Histórico Nacional recolheu principalmente objetos associados ao Estado Imperial e não às novas aquisições da República.

É possível ainda assinalar divergências entre esta construção histórica e a construção histórica que a República visava consolidar. O Museu Histórico Nacional buscava fundamentar as bases da tradição nacional no Império. A orientação republicana enfatizava a descontinuidade da República com relação ao Império, buscando forjar uma tradição republicana para a nação.

O resgate de uma tradição nacional implicou no culto a "pessoas exemplares" capazes de personificar esta tradição. O Museu Histórico Nacional tendeu a restaurar, conservar e legitimar o papel do Império e da nobreza brasileira no processo de formação da nacionalidade. Corporificando a idéia de monarca esclarecido, D. Pedro II, por exemplo, era cultuado como uma destas "pessoas exemplares". O culto a uma "pessoa exemplar" estruturava-se através dos objetos a ela relacionados.

Adepto da Hierarquia, o diretor do Museu Histórico Nacional não ocultava sua intenção em fazer da instituição essencialmente um museu das elites. A elas atribuía a fundação da nação brasileira. O Museu Histórico Nacional deveria representar através de seus

objetos - "mudos companheiros de nossos guerreiros e de nossos heróis" - a ação das elites na edificação nacional. A acepção da categoria elite na concepção barrosiana indicava "o escól, a nata, aqueles que comandam, inauguram". Numa outra instância, em sua visão holista de sociedade, estaria o povo, "folk, aqueles que seguem", instância complementar e encompassada pela primeira vez - as elites - Barroso atribuía um valor à conservação de objetos destinados ao cultivo de uma memória do povo. Contudo, um museu que guardasse e conservasse as coisas do povo deveria ser de um outro tipo: folclórico, ergológico. Neste museu, não haveria tanto a preocupação em determinar uma origem para a nação. Mas sim, em fixar alguns traços que poderiam ser qualificados como singulares do povo brasileiro. Barroso escreveu um extenso artigo sobre a proposta de um Museu Ergológico ou Folclórico. Não chegou a efetivá-la.

Havia nos primeiros anos de funcionamento da instituição, uma verdadeira obsessão pelas origens com o sentido de mapear o estreito círculo da nobreza. Uma vez que a nação era entendida como obra da Coroa e da Corte, uma das funções dos conservadores - como eram designados os profissionais de museu - consistia em reunir as relíquias das elites aristocráticas.

Através de exaustivas reconstruções genealógicas, os conservadores perseguiram as origens da nobreza brasileira. Quase sempre as raízes deste grupo social eram encontradas em antigas nobrezas na Europa Cristã medieval. Sólidas raízes, fontes por onde jorrava o sangue - substância singular que percorria os troncos, galhos e folhas demarcando a identidade deste grupo social. As elites aristocráticas eram fundamentalmente elites de sangue.

Personagens de uma tradição forjada no Império mereceram salas especiais, como D. Pedro I, D. Pedro II, Caxias, Osório, Tamandaré. Esta construção histórica, consubstanciada através de objetos recolhidos em vários pontos, era enriquecida com as doações de particulares.

Remanescentes das elites aristocráticas do Império formavam o segmento de maior penetração no Museu Histórico Nacional. Trocas rituais e simbólicas efetuavam-se através destas doações.

O ingresso da Coleção Miguel Calmon, em 1936, por exemplo, representou uma das aquisições mais importantes da instituição. Não só pela enorme quantidade de peças, não só pelo valor material e simbólico destas peças, mas também por se tratar de uma Coleção bastante identificada com os objetivos e as propostas do Museu Histórico de Barroso.

Em extensa obra literária, que incluiu ensaios, contos, novelas, obras infantis, obras históricas, crônicas, livros de memórias e uma peça de teatro, Gustavo Barroso sistematizou suas principais concepções. Além disso, materializou estas concepções, permanecendo à frente do MHN durante 37 anos, fundando e dirigindo o Curso de Museus.

Percorrendo o MHN e alguns dos principais museus brasileiros percebemos a presença de Barroso. A sua concepção museológica vingou como uma espécie de concepção vitoriosa. Os museus brasileiros, em grande parte, reproduziram a idéia de um sistema onde, de um lado, são exibidos os objetos representativos das elites e do papel do Estado na edificação nacional e, de outro lado, os objetos representativos do povo brasileiro. A valorização de uma etnia peculiar no Brasil, autóctone, que incorporava negros, índios e mestiços, está presente em Barroso e será um embrião dos museus de folclore. Sua concepção holista ou hierárquica da sociedade, estruturada basicamente através da demarcação elites/povo, é perceptível ainda hoje. Gustavo Barroso enquanto intelectual contribuiu para forjar um sistema de pensamento no qual o campo da memória e do patrimônio parece ainda mover-se. Refletir sobre esta atualidade me parece fundamental. Principalmente para aqueles que desejam apontar novos caminhos.

Referências Bibliográficas

- BARROSO, Gustavo. Museu ergológico brasileiro. In: *Anais do MHN*. Rio de Janeiro. v.3, 1942.
- _____. A defesa do nosso passado. In: *Anais do MHN*. Rio de Janeiro. v.4, 1943.
- _____. *Introdução à técnica de museus*. Rio de Janeiro. Olímpica. v.1/2, 1946.

_____. A carreira de conservador. In: *Anais do MHN*. Rio de Janeiro. v.8, 1947.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

HOBBSBAWM, Eric. *A Era dos Impérios*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

* Mestre em Antropologia Social pelo PPGAS/Museu Nacional - UFRJ, é pesquisadora do IBFC e coordenou a organização deste Ciclo de Palestras, enquanto Coordenadora de Pesquisa do Departamento de Promoção, cargo que ocupava na época.

Impressão:

H. Lima Editora e Produções Gráficas

Rua São Luiz Gonzaga, 1502, Rio de Janeiro

Tiragem de 200 exemplares

